

## 1. **INTRODUÇÃO**

O avanço da tecnologia trouxe inúmeros benefícios à sociedade, mas também desafios relacionados à segurança digital. Infelizmente, os idosos têm se tornado alvos preferenciais de golpistas virtuais, aproveitando-se de sua falta de familiaridade com a tecnologia e seu potencial vulnerabilidade emocional. Este artigo visa compreender o fenômeno do cybercrime em idosos, analisando os principais riscos e propondo medidas preventivas (ALMEIDA et al., 2015).

O aumento do acesso à internet e o avanço da tecnologia têm proporcionado inúmeras oportunidades para os idosos se conectarem com o mundo digital. No entanto, essa crescente digitalização também traz consigo desafios, especialmente no que diz respeito à segurança online. Os idosos estão cada vez mais suscetíveis a se tornarem vítimas de cybercrimes, devido à falta de familiaridade com as ameaças virtuais e à potencial vulnerabilidade emocional. Nesse contexto, os canais de denúncias para cybercrimes tornam-se uma ferramenta crucial para proteger essa parcela da população vulnerável (BORTOT, 2017; CAPES, 2019).

## 2. **Principais Tipos de Cybercrime em Idosos**

Vemos que os tipos mais comuns de ataques cibernéticos direcionados aos idosos, incluindo (BORTOT 2017):

**Phishing:** E-mails e mensagens fraudulentas visam enganar os idosos para revelar informações pessoais ou financeiras.

**Vishing:** Golpistas utilizam chamadas telefônicas para obter dados sensíveis, como senhas ou números de cartão de crédito.

**Ransomware:** Malware que bloqueia o acesso aos dispositivos e exige resgate para liberá-lo.

**Scams:** Golpes virtuais que envolvem prêmios falsos, falsas doações ou esquemas de investimentos fraudulentos.

### **3. Fatores de Vulnerabilidade**

Para Brito, 2013, os idosos são particularmente vulneráveis ao cybercrime por vários motivos:

**Baixa literacia digital:** Muitos idosos têm menos experiência com a tecnologia e não estão familiarizados com práticas de segurança digital.

**Confiança excessiva:** Alguns idosos são mais suscetíveis a acreditar em informações enganosas ou em pessoas desconhecidas.

**Solidão:** A falta de interação social pode levar os idosos a serem mais receptivos a interações online questionáveis.

**Dificuldades cognitivas:** Problemas de memória ou cognição podem tornar difícil identificar fraudes.

### **4. Estratégias de Prevenção**

É importante ressaltar que a educação deve ser adaptada para a realidade dos idosos, evitando linguagem técnica complexa e priorizando abordagens práticas e acessíveis (CORREIA, 2016).

Para Johnson, 2015, é fundamental adotar medidas para prevenir o cybercrime em idosos e proteger sua segurança online. Algumas estratégias eficazes incluem:

**Educação digital:** Promover programas de conscientização para idosos sobre os riscos do cybercrime e como se proteger.

**Suporte familiar:** Incentivar a participação de familiares na educação digital dos idosos e ajudá-los a gerenciar suas atividades online.

**Senhas seguras:** Instruir os idosos a criarem senhas fortes e únicas para suas contas online.

**Verificação de fontes:** Ensinar os idosos a verificar a autenticidade de e-mails e mensagens antes de fornecer informações pessoais ou clicar em links.

A conscientização e o treinamento contínuo são fundamentais para garantir a segurança digital dos idosos. Programas educacionais podem ser oferecidos em comunidades, centros de idosos, ou até mesmo online, abordando temas como a identificação de ameaças, práticas seguras de navegação na internet e como relatar suspeitas de cybercrime.

O medo do julgamento ou da vergonha pode fazer com que os idosos hesitem em compartilhar suas experiências de cybercrimes com familiares ou amigos. Nesse sentido, os canais de denúncias oferecem um ambiente seguro e confidencial para que eles possam relatar os incidentes sem medo de retaliação ou estigmatização. Essa confidencialidade pode ser crucial para encorajar mais idosos a compartilharem suas histórias e, assim, permitir que sejam tomadas medidas apropriadas para prevenir novos casos (JESUS, 2016).

É essencial oferecer aos idosos canais de denúncia seguros e acessíveis para relatar casos de cybercrime. Esses canais devem ser amplamente divulgados e de fácil utilização, permitindo que as vítimas ou seus familiares informem os incidentes com rapidez e confidencialidade. As denúncias possibilitam uma resposta mais eficiente por parte das autoridades competentes, contribuindo para a identificação e punição dos criminosos (SILVA, 2014).

Os canais de denúncias para cybercrimes permitem que os idosos identifiquem e relatem incidentes suspeitos com maior rapidez. Muitas vezes, as vítimas podem não estar cientes de que foram alvo de um crime virtual ou podem hesitar em relatar o incidente devido à falta de familiaridade com o tema. Com canais de denúncia acessíveis e bem divulgados, os idosos têm a oportunidade de receber orientação e assistência imediatas para lidar com a situação, contribuindo para uma resposta mais rápida e efetiva.

Outra medida importante é garantir que os dispositivos eletrônicos utilizados pelos idosos estejam protegidos contra ameaças. Isso inclui a instalação e atualização regular de softwares antivírus, firewalls e outros mecanismos de segurança. Além disso, é recomendável configurar atualizações automáticas para garantir que o sistema operacional e os aplicativos utilizados estejam sempre com as últimas correções de segurança.

Os canais de denúncias também desempenham um papel importante na prevenção e educação dos idosos sobre os riscos do cybercrime. Ao relatar um incidente, eles podem receber orientações sobre como evitar futuras ameaças, dicas de segurança digital e informações sobre melhores práticas online. Essa abordagem educacional é essencial para capacitar os idosos a se protegerem e a tomar decisões mais seguras ao navegar na internet.

A denúncia de cybercrimes contra idosos contribui para o combate à impunidade dos criminosos. Com mais casos denunciados, as autoridades têm

mais informações e evidências para investigar e identificar os responsáveis pelos ataques virtuais. Isso fortalece o sistema de justiça e desencoraja potenciais criminosos, ajudando a criar um ambiente virtual mais seguro para todos (JESUS, 2016).

Os canais de denúncias são uma fonte valiosa de dados e estatísticas sobre o cybercrime contra idosos. As informações obtidas por meio desses canais permitem uma análise mais abrangente do problema, identificando tendências, padrões e características dos ataques cibernéticos direcionados a essa população. Esses dados podem ser fundamentais para embasar políticas públicas, aprimorar estratégias de prevenção e educação, e mobilizar recursos adequados para enfrentar o problema (LOPES JÚNIOR & GLOECKNER, 2013).

Em resumo, os canais de denúncias para cybercrimes contra idosos são fundamentais para proteger essa população vulnerável, proporcionando uma resposta rápida e eficaz a incidentes, encorajando a denúncia, coletando dados estatísticos relevantes, combatendo a impunidade e promovendo a prevenção e a educação. Ao trabalhar em conjunto com outras estratégias de proteção, esses canais desempenham um papel essencial na construção de um ambiente digital mais seguro e inclusivo para os idosos

## **5. Conclusão**

O aumento do cybercrime entre idosos é uma preocupação séria que requer ações preventivas e educacionais. A sociedade deve trabalhar em conjunto para proteger essa população vulnerável, capacitando-os a lidar com as ameaças virtuais e garantindo que possam aproveitar os benefícios da tecnologia de forma segura. O combate ao cybercrime em idosos é um passo importante para promover a inclusão digital e a proteção de todos os membros da sociedade.

O cybercrime em idosos é uma questão séria e crescente que requer ações integradas para proteger essa parcela da população vulnerável. A conscientização, educação, e parcerias entre diversos atores são essenciais para prevenir e combater os ataques virtuais direcionados aos idosos. Ao adotar estratégias de prevenção e proteção, a sociedade pode garantir que essa população possa desfrutar dos benefícios da tecnologia de forma segura e

inclusiva. Juntos, podemos construir um ambiente digital mais seguro e protegido para todos.

Apesar dos avanços na compreensão do cybercrime em idosos, ainda há muito a ser explorado nessa área. Pesquisas futuras podem investigar a eficácia das medidas de prevenção implementadas, bem como identificar novas tendências e ameaças emergentes no contexto da evolução tecnológica. Além disso, estudos que avaliem o impacto emocional e financeiro do cybercrime em idosos podem contribuir para a criação de estratégias mais abrangentes e personalizadas de proteção.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, J. DE J., MENDONÇA, A. B., DO CARMO, G. P., SANTOS, K. S., SILVA, L. M. M., & DE AZEVEDO, R. R. D. Crimes cibernéticos. Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE, 2(3), 215–236. 2015.

BRITO, Auriney. Direito Penal informático. São Paulo: Saraiva, 2013.

BORTOT, Jéssica Faria. Crimes Cibernéticos: Aspectos Legislativos e Implicações na Persecução Penal com Base nas Legislações Brasileira e Internacional. VirtuaJus, Belo Horizonte, v.2, n.2, p.338-362, 1º sem. 2017.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte especial: Dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212), v. 2. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CORREIA, P.; JESUS, I. Combate às transferências bancárias ilegítimas pela internet no direito português: entre as experiências domésticas e políticas globais concertadas. Revista Direito GV, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 542-563, 2016.

JESUS, Damásio de; MILAGRE, José Antonio. Manual de Crimes Informáticos. São Paulo: Saraiva, 2016.

JOHNSON, T. Cybersecurity: protecting critical infrastructures from cyber attack and cyber warfare. Missouri: CRC, 2015.

LOPES JÚNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Investigação preliminar no Processo Penal. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Alessandra Mara de Freitas; SILVA, Cristian Kiefer da. O problema da tipificação dos crimes informáticos: aspectos controversos a respeito da aplicação do artigo 154-A da Lei nº 12.737/2012 “Lei Carolina Dieckmann”. Publica Direito, 2014.